



Requerimento
Solicitante: Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos
Local/ Setor: Sede Administrativa
Requerente: Jaqueline Aparecida da Silva – Agente Administrativo – Matrícula 960437
E-mail / Telefone: coordenacao.smas@vendanova.es.gov.br - 28 99885-9474
Ao: Gabinete do Prefeito

1 Descrição do objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte, bem como hospedagem, para atender à Secretária Municipal de Assistência Social Trabalho e Direitos Humanos de Venda Nova do Imigrante que participará do 25º Encontro Nacional do CONGEMAS, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF.

2 Justificativa da necessidade:

A presente solicitação visa atender a necessidade de deslocamento para localidade distante, bem como, hospedagem para garantir a participação da secretária Municipal Letícia Moreira Perim no 25º Encontro Nacional CONGEMAS, o evento é de relevante interesse público, tendo em vista que se trata de espaço de formação, articulação e fortalecimento da política pública de Assistência Social, com foco na capacitação de gestores e trabalhadores do SUAS. A presença da servidora visa garantir o aprimoramento da gestão, com impacto direto na qualidade dos serviços ofertados à população.

3 Vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD

Objeto não vinculado/dependente de outro DFD.

4 Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

A execução do objeto será para início no dia 04 de novembro de 2025.

5 Grau de prioridade da compra ou da contratação

Alta

À autoridade superior, para autorização de prosseguimento.


Venda Nova do Imigrante/ ES, 20 de outubro de 2025

Leticia Moreira Perim Moraes
Secretária de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: c597212ffba616e983a17bf7ccc4cc4c

Documento assinado por:

Jaqueline Aparecida da Silva	
CPF: [REDACTED]	
Email Verificado: [REDACTED]	
IP: 177.222.143.142	Data: 20/10/2025 16:26:52

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 20/10/2025 16:30:41



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Setor Requisitante: Sede Administrativa, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

Responsável pela elaboração do documento: Jaqueline Aparecida da Silva

Aprovação do Estudo Técnico Preliminar: Letícia moreira Perim.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP – tem como objetivo avaliar alternativa para contratação de empresa para agenciamento de viagem e hospedagem para atender às necessidades da secretária Letícia Moreira Perim Moraes que participará do 25º Encontro Nacional CONGEMAS a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante/ES identificou a necessidade de viabilizar a participação da secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos no 25º Encontro Nacional CONGEMAS a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF.

1.2 A participação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos de Venda Nova do Imigrante no 25º Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) se justifica pela relevância do evento para o fortalecimento da gestão pública da política de assistência social e para o aprimoramento técnico dos gestores e técnicos municipais.

O Congemas é um espaço nacional de debate, articulação e capacitação, que reúne gestores, trabalhadores e representantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de todo o país, promovendo o intercâmbio de



experiências e a atualização sobre as normativas, diretrizes e estratégias de aprimoramento da política pública.

A presença de representantes desta Secretaria contribuirá para:

- Atualização técnica e política quanto às mudanças normativas e desafios do SUAS em âmbito nacional;
- Aperfeiçoamento da gestão municipal, com base nas boas práticas apresentadas e discutidas durante o evento;
- Fortalecimento da articulação institucional, ampliando o diálogo com outros municípios, estados e com o Governo Federal;
- Subsidiar a formulação e execução de políticas locais, em consonância com as deliberações e tendências discutidas no encontro;
- Capacitação continuada dos gestores e técnicos, favorecendo a qualificação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais executados no município.

Diante disso, a participação no 25º Congemas se revela de grande importância estratégica para a consolidação e fortalecimento da Política Municipal de Assistência Social, contribuindo para a melhoria da qualidade dos atendimentos, o aprimoramento da gestão e o cumprimento dos princípios do SUAS.

1.3 Considerando a realização do 25º Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) na cidade de Brasília/DF, torna-se necessária a contratação de transporte aéreo e hospedagem para a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos de Venda Nova do Imigrante/ES, devidamente designada para participação no evento.

A distância entre o Município de Venda Nova do Imigrante/ES e Brasília/DF é de aproximadamente 1.100 quilômetros, o que inviabiliza o deslocamento terrestre em tempo hábil e seguro, considerando a duração do trajeto, as condições rodoviárias e o cronograma de atividades do evento. Dessa forma, o transporte aéreo é a alternativa mais eficiente, segura e econômica para





garantir a presença dos representantes municipais durante todo o período do congresso.

A hospedagem também se faz necessária, tendo em vista que o evento possui programação em mais de um dia, com atividades previstas nos turnos da manhã e da tarde, impossibilitando o retorno diário dos participantes ao município de origem.

A participação presencial é de extrema relevância, uma vez que o Congemas é reconhecido nacionalmente como principal espaço de articulação, formação e debate da Política de Assistência Social, reunindo gestores, técnicos e representantes do SUAS de todo o país. O evento proporciona atualização técnica, intercâmbio de experiências e fortalecimento da gestão pública municipal, refletindo diretamente na qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

Diante do exposto, justifica-se plenamente a necessidade de custeio de passagens aéreas e hospedagem para os servidores participantes, a fim de garantir a representação institucional do Município de Venda Nova do Imigrante/ES no 25º Congemas e a continuidade do aprimoramento da política pública de assistência social em âmbito local.

1.4 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos pretende utilizar a solução a ser escolhida como ferramenta legal de contratação dos serviços ora em debate, por meio de dispensa de Licitação, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, baseado no planejamento detalhado da gestão e operacionalização dos serviços prestados.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 O serviço deverá ser prestado por empresa devidamente registrada no Cadastur. Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta. E ainda, compreende hospedagem para os dias que a servidora estiver no local tratando de assuntos pertinentes e de extrema relevância à municipalidade

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



3.1 Estima-se a contratação dos seguintes itens/serviços:

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Unidade	Observações
01	Agendamento de viagens (com passagens aéreas, hospedagem e Transfer)	01	Unidades	Destino Brasília – DF Período de 04 a 08/11/2025

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Opção 1: Prefeitura seria responsável pela aquisição direta de passagens aéreas e terrestres, bem como, pela contratação individual de serviços de hospedagem e outros correlatos. Esta abordagem, embora possa oferecer um maior controle sobre cada despesa, apresenta diversas limitações, primeiramente, a Administração Pública teria que lidar com a complexidade da pesquisa, cotação e compra de passagens, além de gerenciar os prazos e a organização dos itinerários. Isso implicaria a mobilização de servidores em atividades administrativas que não são o foco de suas atribuições, potencialmente sobrecarregando a equipe interna e comprometendo a eficiência das operações. Ademais, a compra isolada de passagens pode não garantir acesso às tarifas promocionais ou condições vantajosas que, geralmente, empresas especializadas conseguem obter por meio de negociações com as companhias aéreas e de transporte. Essa solução, apesar de possível, não se apresenta como a mais eficiente, pois pode acarretar custos indiretos e riscos de desorganização logística.

Opção 2: A segunda alternativa envolve a contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens, que teria a responsabilidade de gerenciar todas as etapas do processo, desde a pesquisa e cotação até a reserva e compra de passagens, hospedagens e demais serviços correlatos. Essa alternativa permite que a Prefeitura obtenha serviços mais ágeis e integrados, aproveitando o know-how da empresa contratada e a possibilidade de obter melhores condições comerciais devido à negociação em bloco. Além disso, a empresa especializada pode oferecer suporte técnico em tempo real,



auxiliando na resolução de imprevistos, como alterações de datas, cancelamentos ou outros ajustes necessários no decorrer da viagem. O ganho em eficiência administrativa é evidente, pois a centralização do serviço de agenciamento em uma empresa especializada reduz a carga de trabalho dos servidores e permite uma gestão mais organizada dos deslocamentos. Considerando também o princípio da economicidade, esta alternativa tende a ser mais vantajosa, uma vez que a empresa contratada pode oferecer pacotes personalizados e condições mais competitivas.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 O custo **estimado** da contratação é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 Diante das análises realizadas, a alternativa mais viável e vantajosa, tanto do ponto de vista econômico quanto operacional, parece ser a contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens. Essa opção garante maior eficiência, agilidade e segurança no atendimento às necessidades da Administração Pública.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Em regra, conforme § 1º do art. 40 da Lei 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Contudo, ambos os itens da contratação apresentam conectividade, assim o parcelamento pode ocasionar possível prejuízo quanto à logística. Sendo assim, deverá existir o agrupamento dos itens de lote único

8. RESULTADOS PRETENDIDOS



8.1 Pretende-se assegurar a participação efetiva da servidora Leticia Moreira Perim Moraes no 25º Encontro Nacional do CONGEMAS, que ocorrerá nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, proporcionando condições adequadas de deslocamento e permanência durante o período do evento. A participação visa promover a qualificação técnica da secretária, fortalecendo a atuação da gestão Municipal da Assistência Social por meio do aprimoramento de conhecimentos relacionados à gestão do SUAS, financiamento, planejamento, vigilância socioassistencial, entre outros temas estratégicos. Além disso, espera-se estimular a troca de experiências com outros municípios do país, ampliar a visão sobre desafios e soluções em políticas públicas de assistência social e, por fim, contribuir para a melhoria contínua dos serviços ofertados pelo município de Venda Nova do Imigrante/ES, com a aplicação prática dos conteúdos e diretrizes discutidos no evento.

8.4 Por fim, a medida representa uma escolha pautada na economicidade e na eficiência administrativa, ao selecionar a alternativa que melhor atende ao interesse público e ao bom uso dos recursos.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

9.1 Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), será elaborado o Termo de Referência, contendo todas as especificações técnicas e justificativas necessárias, em conformidade com as normas legais aplicáveis à fase interna do processo. Com a devida aprovação pela Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante – ES, será dado prosseguimento à contratação por meio de dispensa, com a devida instrução do processo administrativo, levantamento de preços, análise jurídica, verificação orçamentária e designação de responsável pela fiscalização da execução contratual, assegurando o atendimento da necessidade pública identificada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.



11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORES

11.1. Considerando se tratar de um serviço essencialmente online, não se vislumbram impactos ambientais diretos resultantes da contratação. Contudo, importa ressaltar que, tendo em vista as práticas de sustentabilidade, foi previsto nesse ETP que o serviço se dará sem emissão de papel, em especial, quanto aos bilhetes de passagens aéreas que devem ser disponibilizados por meio eletrônico.

12. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1 O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a solução descrita neste documento se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de outubro de 2025.


Leticia Moreira Perim Moraes

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: eaf561122f94355c1706edddaa3ea819

Documento assinado por:

Jaqueline Aparecida da Silva	
CPF: [REDACTED]	
Email Verificado: [REDACTED]	
IP: 177.222.143.142	Data: 20/10/2025 16:27:24

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 20/10/2025 16:30:55



MAPA DE RISCOS DO ETP

RISCO 01	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Indisponibilidade de hospedagem no período desejado, o que pode inviabilizar ou atrasar a participação da servidora	
Ação Preventiva	Responsável
1. Consulta prévia a diferentes fornecedores na região; 2. Contratação com antecedência mínima razoável.	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1. Refazer o procedimento	Setor de compras requisitante

RISCO 02	
Probabilidade	() Baixa () Média (x) Alta
Impacto	() Baixa (x) Média () Alta
DANO	
Descrição: Prestação inadequada do serviço de hospedagem, como problemas com infraestrutura do quarto, falta de higiene ou localização insegura.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Seleção criteriosa do estabelecimento, com base em avaliações públicas, regularidade jurídica e experiência anterior da Administração	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1. Recusar produto. Acionar fornecedor para substituição conforme contrato. 2. Notificar fornecedor. Aplicar penalidades contratuais e buscar solução alternativa	Fiscal do Contrato

RISCO 03	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Atrasos ou dificuldades no deslocamento entre a hospedagem e o local	




da capacitação , podendo comprometer a pontualidade da servidora.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Priorizar estabelecimentos com localização próxima ao endereço do evento.	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1. Recusar produto. Acionar fornecedor para adequação. 2. Notificar fornecedor. Aplicar penalidades contratuais e buscar solução alternativa	Fiscal do contrato

RISCO 03	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	(x) Baixa () Média () Alta
DANO	
Descrição: Não apresentação da nota fiscal válida ou erro na emissão por parte do fornecedor, o que pode comprometer o pagamento.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Solicitar a regularidade fiscal do prestador previamente à contratação . 2. Orientar quanto ao modelo correto da nota fiscal.	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1. Solicitar a correção imediata.	Fiscal do contrato

Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: 9017dbd38588ce26aa2ee5af675db50b

Documento assinado por:

Jaqueline Aparecida da Silva	
CPF: [REDACTED]	
Email Verificado: [REDACTED]	
IP: 177.222.143.142	Data: 20/10/2025 16:27:39

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 20/10/2025 16:31:10



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Evandi Américo Comarela, 385 - Centro - Venda Nova Do Imigrante - ES - CEP:29.375-000
CNPJ: 31.723.497/0001-08 Telefone: (28) 3546-1188 Site: www.vendanova.es.gov.br

REQUISIÇÃO

Requerimento:	000153 / 2025 - 20/10/2025
Solicitante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS
Local/Setor:	SEDE ADMINISTRATIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS
Requerente:	JAQUELINE APARECIDA DA SILVA
À	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Justificativa:	1- Modalidade de Contratação com base na Lei 14.133/21: Art. 75, Inc. II 2- Objeto contratado anteriormente: Sim - protocolo: 19991/2025 3 - Prazo de Vigência de Contratação: 30 dias 4- Prazo de Execução de Contratação: 60 dias 5- Ano Previsão Finalização: 2025 6- Execução / Fornecimento: Única 7- Descrição Local: Sede Secretaria de Assistencia Social, Trabalho e Direitos Humanos 8- Contrato: Não 9- Recursos: A despesa será custeada com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social; Ficha: 0000022 - 166 BLOCO IGD Bolsa Família;
Disposições Gerais:	

Ítem	Código	Unidade	Quantidade	Ficha-Fonte	Código do Tipo	Especificação
00001	00005028	UND	1,00	00022-16600000 0000	00214	AGENCIAMENTO DE VIAGENS fornecimento de passagem aérea nacional e internacional, com reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, emissão de seguro assistência em viagem internacional, incluso hospedagem.

Total Geral: 0,00

Assinatura da Unidade Requisitante

Secretário Municipal

Assinado digitalmente
LETICIA MOREIRA PERIM
MORAES
30/10/2025 - 15:23:39



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGEM E HOSPEDAGEM PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SERVIDORA LETÍCIA MOREIRA PERIM MORAES, QUE PARTICIPARÁ DO 25º ENCONTRO NACIONAL DO CONGEMAS A SER REALIZADO NOS DIAS 05,06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2025, NA CIDADE DE BRASÍLIA/ DF**, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e Anexos.

1.2 A especificação do Objeto e quantitativo encontram-se nos documentos de formalização de demanda nº 153/2025.

1.3 Considera-se nesta contratação que os serviços demandados são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

Secretaria requisitante: Secretaria municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante/ES identificou a necessidade de viabilizar a participação das servidoras Letícia Moreira Perim Moraes no 25º Encontro Nacional do CONGEMAS, que ocorrerá nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/ DF.



2.2 O evento, promovido pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, é reconhecido nacionalmente como espaço estratégico de capacitação técnica, articulação política e troca de experiências entre os diversos atores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abordando temas como financiamento da política, intersetorialidade, proteção social, gestão do trabalho e participação social.

2.3 A participação no evento demanda deslocamento intermunicipal, tendo em vista que o município de origem, Venda Nova do Imigrante/ES, está localizado a aproximadamente 1.100 km de distância da cidade de Brasília/ DF, o que exige deslocamento aéreo, além de permanência mínima de quatro dias na cidade de destino, considerando o período necessário para deslocamento (ida e volta) e participação integral no evento.

2.4 Diante disso, torna-se necessária a contratação de serviços de transporte e hospedagem, de forma a garantir condições adequadas para que a servidora possam representar o município, participar das atividades formativas e retornar com subsídios técnicos que contribuam para o fortalecimento da política pública de assistência social no território local.

2.5 A contratação também observa os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, nos termos da legislação vigente, e será custeada com recursos específicos do programa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens. Essa opção garante maior eficiência, agilidade e segurança no atendimento às necessidades da Administração Pública. Além de assegurar a plena participação da servidora no evento, garantindo condições adequadas de permanência, segurança, descanso e pontualidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL



4.1.1 A empresa interessada na contratação deverá elaborar a proposta de preços conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2 A Proposta Comercial deverá ser apresentada em moeda nacional utilizando-se até 02 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços, com base nas especificações do objeto.

4.1.3 O Serviço de Agendamento de Viagens Deve Incluir:

- O serviço de hospedagem para a servidora designada, com permanência no município de Brasília/ DF durante o período de 05,06 e 07 de Novembro de 2025, que deverá conter Infraestrutura mínima exigida, como: quarto com banheiro privativo, ar condicionado, televisão, internet, frigobar, toalhas de banho e materiais de higiene pessoal; Instalações em boas condições de higiene e conservação; Disponibilidade de café da manhã incluso na diária; Atendimento 24h na recepção ou canais de contato disponíveis para emergências.
- Passagens aéreas (ida e volta) sem bagagem despachada- inclui bagagem de mão de 10 Kg, para uma pessoa, Com trajeto Vitória-ES x Brasília/ DF;
- Transfer de chegada e saída. (aeroporto x hotel/ hotel x aeroporto)

4.2 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Não serão exigidos critérios de sustentabilidade para esta contratação.

4.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.3.1 Não será exigida amostra/prova de conceito para esta contratação.

4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Não haverá exigência de garantia dos serviços contratados.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



5.1.1 Os serviços contratados deverão ser executados no período de 04 a 08 de novembro de 2025, em Brasília/DF

5.1.2 A execução dos serviços deverão ser realizadas de forma integral.

5.1.3 Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.1.4 Nas diárias, deverão estar incluídas todas as taxas de serviço com café da manhã, não estando incluídas as despesas com bebidas e outros serviços eventualmente ofertados pelo estabelecimento.

5.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.2.1 Por se tratar de serviço de execução única e, tendo em vista o valor da contratação, seguindo os preceitos da Lei 14.133/2021, o instrumento contratual será dispensado para esta contratação. Sendo substituído por autorização de fornecimento.

5.3 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.3.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

5.3.2 Designar servidor com competência necessária para promover o recebimento do produto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de entrega, quando for o caso;

5.3.3 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na entrega dos materiais;

5.3.4 Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

5.3.5 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;



5.3.6 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

5.3.7 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais;

5.3.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.4.1 Executar o serviço de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência, com a respectiva nota fiscal eletrônica – NFe, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;

5.4.2 Arcar com todos os custos envolvidos no transporte dos materiais, inclusive quanto à mão de obra necessária, seja para a execução ou devolução;

5.4.3 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.4.4 Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei nº 14.133/2021;

5.4.5 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

5.4.6 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante;

5.4.7 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente à nota fiscal, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS e Certidão Negativa de Tributos Municipais (CND) do Município de Venda Nova do Imigrante;



5.4.8 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.4.9 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.4.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.11 Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto;

5.4.12 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

5.4.13 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

5.4.14 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Venda Nova do Imigrante.

5.5 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.5.1 A gestão do contrato será realizado pela servidora Rosangela Zardo Altoé e a fiscalização do contrato será realizada pela servidora Eliza de Vargas Delpupo.

5.5.2 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.5.3 São atribuições do fiscal do contrato, designado pelo Ordenador de Despesa dos Órgãos da Administração Municipal Direta:

I – Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II – Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos objetos;



- III** – Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- IV** – Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- V** – Proceder às avaliações das entregas executadas pela contratada;
- VI** – Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- VII** – Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- VIII** – Outras atividades compatíveis com a função.

5.5.4 O gestor a ser designado especificamente para acompanhamento do contrato terá as seguintes atribuições:

- I** - Promover a juntada, no procedimento administrativo, de todos os documentos contratuais recebidos;
- II** - Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- III** - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- IV** - Analisar eventuais alterações contratuais;
- V** - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- VI** - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VII** - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;
- VIII** - Outras atividades compatíveis com a função.

5.5.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1.1 Os serviços deverão ser executados conforme as características constantes na especificação/descrição conforme previsto neste Termo de Referência e demais anexos.

6.2 RECEBIMENTO DO OBJETO



6.2.1 Os serviços contratados deverão ser executados dos dias 04 à 08 de novembro de 2025, em Brasília/DF.

6.2.2 Todos os serviços serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, recebido(s) em definitivo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da entrega;

6.3 FORMA DE PAGAMENTO

6.3.1 O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, após a aquisição dos produtos, atestado pelo setor requisitante, mediante o fornecimento à Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante de Nota Fiscal, bem como os documentos de regularidade fiscal: **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS** do Município de Venda Nova do Imigrante, que deverão ser encaminhados à municipalidade, por meio eletrônico, no site da PMVNI/ES, na aba **Governo Digital (Protocolo Digital)**. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de **30 (trinta) dias** corridos após a respectiva apresentação;

6.3.2 A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentado na Autorização de Fornecimento e para efeito de pagamento, deverá ser encaminhada de forma eletrônica, no sistema BPMS, OBRIGATORIAMENTE, no site da **PMVNI/ES, na aba Governo Digital**.

6.3.3 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas, deverá ser comunicada à Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

6.3.4 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;



6.3.5 No texto da Nota Fiscal deverá constar, obrigatoriamente, o número do processo e do procedimento da licitação, o(s) objeto(s), os valores unitários e totais;

6.3.6 A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela empresa Contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

6.3.7 O pagamento referente ao valor da Nota Fiscal será feito por Crédito em Conta Bancária;

6.3.8 Para a efetivação do pagamento a empresa deverá manter as condições previstas no termo de referência no que concerne a proposta de preço e a habilitação;

6.3.9 É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 75, inciso II da referida Lei:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras “

7.2 A compra deverá ser conduzida conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 SERÃO EXIGIDOS NA LICITAÇÃO OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

7.3.1 Habilitação Jurídica



- I. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual;
- II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO** ou alterações em vigor;
- III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício;
- V. CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI**, em se tratando de Microempreendedor Individual.

7.3.2 Qualificação Técnica

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastur

7.3.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - III.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
 - IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
 - V.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
 - VI.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - VII.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- b) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação



de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.4 Da Qualificação Econômico-Financeira

7.3.4.1 Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

7.4 Por se tratar de objeto de baixa complexidade, não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio

8. ESTIMATIVAS DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O Valor estimado da contratação é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas inerentes a este termo de referência correrão à conta das seguintes dotações:

- 010003.0824400322.071 – Manutenção das atividades do CRAS proteção social básica



- 33903900000 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica;
- 16610000000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência;
- Ficha: 0000065 – BLOCO IGD Bolsa Família.

10. DAS PENALIDADES

10.1 A Contratada que infringir as normas constantes deste Termo de Referência ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência e no Decreto Municipal nº 4689/2024.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a".

10.2 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I- descumprimento de pequena relevância;

II- inexecução parcial de obrigação contratual.

10.3 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº



14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c)** não celebrar o contrato sem motivo justificado;

II- 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III- 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato, ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

IV- 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a)** apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d)** prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f)** entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h)** dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



Parágrafo único. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento.

10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021;

10.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 4.597/2024.

10.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2016 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021;

10.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa;

10.9 Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração



Pública, e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Outras disposições poderão ser acrescentadas no instrumento convocatório e no contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

12. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ETP E TR

12.1 Este Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, na pessoa do servidor Eliza de Vargas Delpupo.

Responsável pela justificativa da necessidade: Jaqueline Aparecida da Silva
Responsável pela elaboração da especificação: Jaqueline Aparecida da Silva.
Responsável pela aprovação da especificação: Leticia Moreira Perim Moraes
Elaboração do quantitativo: Jaqueline Aparecida da Silva
Aprovação do quantitativo: Leticia Moreira Perim Moraes
Elaboração da pesquisa de mercado: Jaqueline Aparecida da Silva
Aprovação da pesquisa de mercado: Leticia Moreira Perim Moraes
Elaboração de Estudo Técnico Preliminar: Jaqueline Aparecida da Silva
Aprovação do Estudo Técnico Preliminar: Leticia Moreira Perim Moraes
Elaboração de Termo de Referência: Jaqueline Aparecida da Silva
Aprovação de Termo de Referência: Leticia Moreira Perim Moraes

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 Setembro de 2025.


Letícia Moreira Perim Moraes

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: 1da05b121d2125b61957c55f3607f768

Documento assinado por:

Jaqueline Aparecida da Silva	
CPF: [REDACTED]	
Email Verificado: [REDACTED]	
IP: 177.222.143.142	Data: 20/10/2025 16:27:52

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 20/10/2025 16:31:55

São Roque do Canaã**Aviso de Licitação****AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Lourenço Roldi, nº 88, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.865/0001-71, para fins de pesquisa de preços de mercado, **CONVOCA** todos os interessados do ramo de atividade para que apresentem até dia 27/10/2025, **ORÇAMENTO** para o objeto abaixo descrito.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na disponibilização de profissionais qualificados para a execução de projetos educacionais, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

O Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis:

- a) Gratuitamente no site da Prefeitura: www.saoroquedocanaa.es.gov.br
- b) Para consulta gratuita na Sala do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã, situada à rua Lourenço Roldi, nº 88, São Roquinho, São Roque do Canaã/ES.
- c) Pelo e-mail: compras@saoroquedocanaa.es.gov.br

São Roque do Canaã/ES, 21 de outubro de 2025.

LUIZ EDUARDO SIMONASSI E FRANCO

Administrador de Compras

Decreto nº 6.776/2023

Protocolo 1655693

Ata de Registro de Preço**EXTRATO DA PARTICIPAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2025**

Processo Administrativo nº 003804/2025

O Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, torna público que participa da Ata de Registro de Preços nº 191/2025, no importe de R\$ 241.200,00 (duzentos e quarenta e um mil e duzentos reais), formalizada entre a empresa VITÓRIA PRIME RENTAL CAR - LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA (CNPJ: 40.201.039/0001-91) e o Consórcio Público da Região Polinorte - CIM Polinorte, através do processo nº 406/2025, Pregão Eletrônico nº 034/2025, ID Cidades: - 2025.501C2600003.01.0014, visando o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço continuado de locação de veículos de pequeno e médio porte.

GABRIEL FORÇA SILVESTRE
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo 1656051

EXTRATO DA PARTICIPAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

Processo Administrativo nº 003783/2025

O Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, torna público que participa da Ata de Registro de Preços nº 006/2025, no importe de R\$ 1.820,00 (um mil, oitocentos e vinte reais), formalizada entre a empresa JCP COMERCIAL DESKART ME (CNPJ: 10.724.350/0001-54) e o Consórcio Público da Região Polinorte - CIM Polinorte, através do processo nº 906/2024, Pregão Eletrônico nº 052/2024, ID Cidades: - 2024.501C2600003.02.0051, visando o registro de preços para aquisição de produtos de limpeza.

MARCOS GERALDO GUERRA

Prefeito Municipal

Protocolo 1656419

Sooretama**Pesquisa de Preço****AVISO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO.**

SOLICITAMOS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR COM ORÇAMENTOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CUJO O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE AR-CONDICIONADO PARA ATENDER À NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. - OS ORÇAMENTOS SERÃO RECEBIDOS NUM PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, APÓS O ENVIO DESSA PUBLICAÇÃO. Entrar em contato com: Tel 27 3199 0266 ramal 212 - E-mail compras@sooretama.es.gov.br PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS - SETOR DE COTAÇÕES/ SEMSUGEC - RES. MICHELE MARTINS DE SOUZA MACHADO.

Protocolo 1656414

Venda Nova do Imigrante**Dispensa de Licitação****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 torna público que no dia **22 de outubro de 2025**, estará aberta a possibilidade de envio de orçamentos por fornecedores interessados para o objeto descrito abaixo. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone: (28) 999885-9474 ou pelo e-mail: assistenciasocial@vendanova.es.gov.br.

Dados da Contratação

Amparo legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa para agenciamento de viagem e hospedagem para atender às necessidades da servidora Leticia Moreira Perim Moraes que participará do 25º Encontro Nacional do Congemas a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de

setembro de 2025, na cidade de Brasília/ DF.

Data de início de recebimento de proposta:

22/10/2025

Data final de recebimento de proposta:

27/10/2025

E-mail para envio de preposta: assistenciasocial@vendanova.es.gov.br

Protocolo 1656028

Viana

Ata de Registro de Preço

AVISO DE ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

Código CidadES: 2025.073E0600001.16.0010
O MUNICÍPIO DE VIANA/ES através do SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, torna público que fará Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2025, Pregão Eletrônico nº 002/2025, Processo Licitatório nº 002/2025, do CONSORCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAPEBA - CODAP, empresa fornecedora **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.788.766/0025-00 cujo objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES EM ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIANA, no valor total de **R\$ 3.207.799,09 (três milhões, duzentos e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e nove centavos)**, Processo Administrativo o nº 19236/2025.

Viana/ES, 20 de outubro de 2025.

ANGELA MERÍCIA CAVATI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo 1656019

Vila Pavão

Resultado de Licitação

**RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025
PROCESSO Nº 002112/2025**

O MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO/ES, através de seu pregoeiro oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do **Pregão Eletrônico nº 034/2025**, cujo objeto é a Contratação de empresa para locações de impressoras multifuncionais (monocromáticas e coloridas), incluindo peças e assistência técnica com manutenção preventivas e corretivas, destinado ao atendimento das secretarias municipais de Vila Pavão/ES.

ID CIDADES: 2025.074E0700001.01.0029

Empresa Vencedora: SÓ CARTUCHOS LTDA ME

Itens: Lote 1 e 2

Valor: R\$ 132.600,00

Vila Pavão, ES, 21/10/2025

João Victor Oliveira Furtado

Pregoeiro

Protocolo 1655661

Câmaras

Colatina

Inexigibilidade de Licitação

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE
INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº. 011/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 537/2025

ID CIDADES: 2025.019L0200001.10.0010

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, COLETA DE ESGOTO E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PRESTADOS PELA AUTARQUIA RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO DE COLATINA/ES, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA/ES, NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2025.

Reconheço a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** com o **SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, inscrito no CNPJ sob o n.º 06.698.248/0001-54, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com fundamento no Artigo 74, da Lei nº. 14.133/2021, com suas alterações, e em conformidade com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

Colatina-ES, 21 de outubro de 2025.

FELIPPE COUTINHO MARTINS

Presidente - Ordenador de despesas

Protocolo 1656107

Pesquisa de Preço

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Colatina, Estado do Espírito Santo, por meio do Setor de Compras, informa que está realizando pesquisa de preços com o objetivo de estabelecer o valor estimado para futura contratação por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme descrito abaixo.

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS, DESTINADOS A REESTRUTURAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA/ES.

A planilha de cotação, o termo de referência e demais informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: cotacao@camaracolatina.es.gov.br e os orçamentos apresentados no período de 22 de outubro de 2025 à 30 de outubro de 2025.

Colatina/ES, 21 de outubro de 2025.

Setor de Compras, Licitações e Contratos

Câmara Municipal de Colatina/ES

Protocolo 1656337

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor para a prestação dos serviços de transporte e hospedagem justifica-se pela viabilidade, economicidade e pela capacidade de atendimento às necessidades específicas da Administração, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de transporte com destino à cidade de Brasília/ DF, bem como à oferta de hospedagem com localização estratégica e adequada infraestrutura para acomodação da servidora durante os dias do evento.

Considerando a distância entre o município de origem, Venda Nova do Imigrante/ES, e o local do evento, Brasília/DF — aproximadamente 1.100 km —, tornou-se imprescindível contratar serviços que assegurem conforto, segurança e pontualidade no deslocamento, além de hospedagem que proporcione condições adequadas de descanso e preparo para participação nas atividades do 25º Encontro Nacional da Assistência Social (CONGEMAS).

Após devida publicação em meios oficiais, e pesquisa de mercado realizada com empresas capacitadas para execução do serviço, foram encontradas as seguintes empresas com suas respectivas cotações:

01 - CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., CNPJ 10.760.260/0001-19, com cotação no valor de R\$ 7.775 (sete mil, setecentos e setenta e cinco reais);

02 - Decolar.com Ltda, CNPJ 03.563.689/0002-31, com cotação no valor de R\$ 7.012,00 (sete mil e doze reais);

03 - H.C. Canal Turismo-ME, CNPJ 05.766.843/0001-17, com cotação no valor de R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Diante das propostas apresentadas, a cotação da empresa **H.C. Canal Turismo-ME** destacou-se por oferecer o menor valor entre as opções pesquisadas, sem prejuízo à qualidade e à adequação dos serviços ofertados. Assim, considerando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, a escolha pela contratação da referida empresa revela-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, garantindo o atendimento pleno da demanda com responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a escolha do fornecedor encontra-se devidamente fundamentada, observando os critérios de vantajosidade, conveniência e adequação à necessidade do serviço público, nos termos da legislação vigente.

Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão designados, os servidores: Rosângela Zardo Altoe e Eliza de Vargas Delpupo que acompanhará a entrega do objeto, conforme este Termo de Referência, bem como atestar o recebimento provisório e definitivo.

Sendo assim, solicitamos que prossigam com a contratação por Dispensa conforme solicitado no Termo de Referência.

Sem mais nos colocamos a disposição.

Venda Nova do Imigrante, 28 de outubro de 2025


Letícia Moreira Perim Moraes

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: 929f76d0ea7e43dd5cda2aeb5224f6e9

Documento assinado por:

Jaqueline Aparecida da Silva	
CPF: [REDACTED]	
Email Verificado: [REDACTED]	
IP: 177.222.143.142	Data: 28/10/2025 16:12:24

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 28/10/2025 16:12:27



Prefeitura Municipal de
Venda Nova do Imigrante/ES

DESPACHO PROTOCOLO Nº27809/2025

Após análise do requerimento, **AUTORIZO** o prosseguimento do protocolo nos setores responsáveis, para a contratação requisitada pela Secretaria municipal.

Helen Dolores Delpupo Moyses
Secretaria Municipal de Administração

Venda Nova do Imigrante/ES, 28 de outubro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

SETOR DE COMPRAS

REQUERIMENTO Nº 153/2025 – ASSISTÊNCIA SOCIAL - PESQUISA DE PREÇOS Nº 210/2025

CÓDIGO CIDADES: [2025.072E0500002.09.0013](#)

A secretaria requisitante coletou os orçamentos e posteriormente foi lançado no sistema de compras e gerado o quadro comparativo de preços, que segue em anexo no processo.

Após análise do quadro comparativo de preços, foi constatado que o fornecedor **H.C. CANAL TURISMO -ME 05.766.843/0001-17**, apresentou o menor orçamento, no valor total de **R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)**.

Encaminho ao Gabinete do Prefeito para as devidas análises.

Venda Nova do Imigrante, 29 de outubro de 2025.

Eliandra Gava
Coordenadora de Compras





FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

0

LEGENDA	
1º Lugar	
2º Lugar	
3º Lugar	
4º Lugar	
5º Lugar	

Assinado digitalmente
ROSANGELA ZARDO ALTOE
29/10/2025 - 14:13:45

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES

Dispensa Nº 000065/2025 - 29/10/2025 - Processo Nº 003500/2025 - Menor Preço por Item

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	H.C. CANAL TURISMO - ME		DECOLAR. COM LTDA.		CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A.			
						Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
00001	00005028		AGENCIAMENTO DE VIAGENS fornecimento de passagem aérea nacional e internacional, com reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso, emissão de seguro assistência em viagem internacional, incluso hospedagem.	UND	1,00	5.531,650	5.531,65	7.012,000	7.012,00	7.775,000	7.775,00		
Valor Total OBTIDO						5.531,65		7.012,00		7.775,00			
Valor Total VENCIDO						5.531,65							

Emitida por: LUANA DA SILVA FABRE DE MELO



Gabinete do Prefeito

Protocolo GED nº 27809/2025

Após análise do requerimento, **AUTORIZO** o prosseguimento do protocolo nos setores responsáveis, para a contratação requisitada pela Secretaria Municipal.

Venda Nova do Imigrante/ES, 30 de outubro de 2025.

DALTON PERIM

Prefeito Municipal

PARECER CONTABILIDADE

PROTOCOLO GED 27809/2025

A Ficha/Fonte 000022-166000000000 (BLOCO IGD BOLSA FAMÍLIA), apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, através do Requerimento 000153/2025 está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2025 – LEI Nº 1.680/2024 e a mesma possui saldo orçamentário nesta data para contratação do serviço conforme solicitado.

Venda Nova do Imigrante – ES, 30 de outubro de 2025

Cintia Dias Siqueira Dioscanio

Contadora – CRC 20.609



PARECER JURÍDICO

Protocolo nº: 27.809/2025

Requerente: Secretaria Municipal de assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos

Assunto: Análise de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, II da Lei nº. 14.133/2021.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, II, DA LEI Nº. 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. CONSIDERAÇÕES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada para parecer jurídico quanto à viabilidade de prosseguimento na contratação a ser realizada por dispensa de licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, da empresa **H. C. CANAL TURISMO-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.766.843/0002-27, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGEM E HOSPEDAGEM PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SERVIDORA LETÍCIA MOREIRA PERIM MORAES QUE PARTICIPARÁ DO 25º ENCONTRO NACIONAL DO CONGEMAS A SER REALIZADO NOS DIAS 05, 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2025, NA CIDADE DE BRASÍLIA/ DF.**

É importante destacar que junto ao pedido de parecer, foi encaminhado pedido para a contratação vindo da Secretaria requisitante, com o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco,





Requisição, Termo de Referência, aviso de dispensa, orçamentos, justificativa da escolha do fornecedor e as CND's da empresa para comprovação da regularidade fiscal. Além disso, o protocolo foi analisado pelo Setor de Contabilidade, passou pelo setor de compras onde foi anexado o Quadro Comparativo de Preços, e obteve autorização do Ordenador de despesas para prosseguimento do protocolo.

Em tempo, oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art. 8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

Não obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

É o breve relatório.

II – PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "*in abstracto*", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa vinculação ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em





atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ocorrer, via de regra, mediante processo de licitação pública, um procedimento preliminar formal, que visa assegurar o tratamento isonômico e vinculado, voltado ao atendimento ao interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI – ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (g.n)

Segundo depreende-se da leitura do dispositivo supramencionado, que existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública.

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o



estipulado nos termos do art. 75, inciso II, da mesma Lei de Licitações. Em tempo, o Decreto n.º 12.343, de 30 de dezembro de 2024, em seu artigo 1º dispõe que ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo. Assim, o valor previsto no art. 75, caput, inciso II, passou a ser de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

No presente caso, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor.

Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras”.

Ademais, dispõe o Art. 182 da mesma Lei, que:

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Para efeito do disposto no artigo 75, II c/c o § 2º, após a edição do Decreto Presidencial nº 12.343/2024, de 30 de dezembro de 2024, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2025, **os valores**





duplicados equivalem a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) e segundo orientação legal **este limite será dentro do exercício financeiro**, quando se refere ao **objeto da mesma natureza**, conforme disposição do § 1º e seus incisos, do Art. 75 da referida Lei, in verbis:

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:*

*I - **o somatório do que for despendido no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*

*II - **o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. (grifo nosso).*

No caso em análise, o valor estimado para o certame é de **R\$ 5.531,65 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)**, portanto, se enquadra legalmente na dispensa de licitação.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

*I - **documento de formalização de demanda** e, se for o caso, **estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*



- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;**
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;**
- VI - razão da escolha do contratado;**
- VII - justificativa de preço;**
- VIII - autorização da autoridade competente.**

Vemos que, a partir de agora, o gestor que decidir pela dispensa de licitação, deverá iniciar o processo com a requisição de sua demanda, a fim de que, em sendo o caso, seja realizado estudo técnico preliminar, confeccionado termo de referência, projeto básico ou projeto executivo que embasará a solução mais viável para a contratação.

No caso em comento, a Secretaria demandante anexou nos autos o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Mapa de Risco, o Termo de Referência, além da Razão da Escolha da Contratada e a comprovação de que a contratada preenche os requisitos mínimos de habilitação, com a apresentação das CND's.

Deve-se ressaltar que além dos supracitados documentos, também é necessária a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação.

Sendo assim, **no que tange à demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, o setor contábil informou que "A Ficha/Fonte 000022-166000000000 (BLOCO IGD BOLSA FAMÍLIA), apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos**





Humanos, através do Requerimento 000153/2025 está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2025 – LEI Nº 1.680/2024 e a mesma possui saldo orçamentário nesta data para contratação do serviço conforme solicitado”.

Além disso, foi anexada a autorização da autoridade competente, conforme determina o inciso VIII, do art. 72, da NLLC.

Neste ponto, outra inovação trazida pela Lei nº 14.133/2021, relativamente à pesquisa de preços, é que ela deverá observar, inclusive, o mesmo procedimento do art. 23, que dispõe sobre os parâmetros utilizados para se chegar no valor estimativo da contratação, in verbis:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de I (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o Índice de atualização de preços correspondente;



III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Como podemos verificar, o preço a ser pago deve ser compatível com aquele praticado no mercado, situação essa a ser comprovada mediante a juntada da documentação pertinente no respectivo processo de dispensa, incluindo, no mínimo, 03 (três) cotações de preços com fornecedores, pesquisa de contratações similares no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública, **ou justificativa circunstanciada caso não seja viável obter esse número de cotações.**

No que tange à justificativa para escolha do fornecedor, a Secretaria requisitante informou que:

Após devida publicação em meios oficiais, e pesquisa de mercado realizada com empresas capacitadas para execução do serviço, foram encontradas as seguintes empresas com suas respectivas cotações: 01 - CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., CNPJ 10.760.260/0001-19, com cotação no valor de R\$ 7.775 (sete mil, setecentos e setenta e cinco reais); 02 - Decolar.com Ltda, CNPJ 03.563.689/0002-31, com cotação no valor de R\$7.012,00 (sete mil e doze reais); 03 - H.C. Canal Turismo-ME, CNPJ 05.766.843/0001-17, com cotação no valor de R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).





Diante das propostas apresentadas, a cotação da empresa H.C. Canal Turismo-ME destacou-se por oferecer o menor valor entre as opções pesquisadas, sem prejuízo à qualidade e à adequação dos serviços ofertados. Assim, considerando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, a escolha pela contratação da referida empresa revela-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, garantindo o atendimento pleno da demanda com responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. ”

No que tange à **justificativa de preço**, sobejou demonstrado que o valor oferecido pela empresa se encontra dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme se verifica das propostas anexadas, que geraram o quadro comparativo de preços.

Urge destacar, por fim, que o *"ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial"*, nos moldes do parágrafo único do art. 72 da lei 13.144/2021.

Consigna-se que, quanto às justificativas técnicas apresentadas, não estão na seara desta Procuradoria Jurídica avaliá-las ou emitir juízo, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Ressaltamos ainda, atenção ao que dispõe o Art. 73 da Lei nº 14.133/2021 que dispõe:

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.





Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura. Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica **OPINA pelo prosseguimento da contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, desde que:**

a) não haja fracionamento de despesas e sejam respeitados os limites financeiros dispostos na supracitada Lei de Licitações e Contratos, conforme disposto no art. 75, parágrafo primeiro e seus incisos da lei 14.133/2021.

À consideração Superior.

É o parecer, *salvo melhor juízo*.

Venda Nova do Imigrante/ES, data da assinatura digital.

GEORGE PEREIRA DE LIMA
Procurador Geral



MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

SETOR DE TESOUREARIA

REQUERIMENTO Nº 000153/2025

De acordo com o Requerimento, trata-se de contratação de serviços com Fonte de Recursos **166100000000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - FEAS.**

Desta feita, informo que **HÁ DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NA PRESENTE DATA** para a contratação do serviço solicitado.

Venda Nova do Imigrante/ES, 31 de Outubro de 2025.

Dreiziane Demartin Dordenoni

Gerente do Departamento de Finanças e Tesouraria

CPF: [REDACTED]

Município de Venda Nova do Imigrante/ES

Av. Evandi Américo Comarela, 385 – Bairro Esplanada – **Telefax: (28) 3546-1188**
CEP: 29.375-000 Venda Nova do Imigrante – ES – CNPJ: 31.723.497/0001-08
www.vendanova.es.gov.br



TERMO DE DISPENSA Nº 00065/2025

CÓDIGO CIDADES: 2025.072E0500002.09.0013

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos do Município de Venda Nova do Imigrante – ES (MVNI), com base no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, bem como no parecer jurídico do Município de Venda Nova do Imigrante e na manifestação da Tesouraria do Município, conclui pela DISPENSA DE LICITAÇÃO a contratação da empresa **H.C. CANAL TURISMO - ME - 05.766.843/0001-17**, para agenciamento de viagem e hospedagem para atender às necessidades da servidora Letícia Moreira Perim Moraes, que participará do 25º encontro nacional do CONGEMAS a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, no valor total de **R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)**.

Venda Nova do Imigrante, 31 de outubro de 2025.

Letícia Moreira Perim Moraes

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos



TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00065/2025

CÓDIGO CIDADES: 2025.072E0500002.09.0013

Ratifico a Dispensa nº 00065/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **H.C. CANAL TURISMO - ME - 05.766.843/0001-17**, para agenciamento de viagem e hospedagem para atender às necessidades da servidora Letícia Moreira Perim Moraes, que participará do 25º encontro nacional do CONGEMAS a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, no valor total de **R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)**.

Venda Nova do Imigrante, 31 de outubro de 2025.

Dalton Perim

Prefeito



DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO. LIMITE PARA CADASTRAR PROPOSTA E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00min do dia 14/11/2025. Edital completo disponível em www.santaleopoldina.es.gov.br/licitacoes Contato através do tel: (27) 3940-0037. Endereço Eletrônico de Disputa: www.portal.licitanet.com.br.

Santa Leopoldina/ES, 30/10/2025

EDUARDO RODRIGUES BOONE

Pregoeiro

Protocolo 1661787

São Roque do Canaã

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90039/2025

ID CiudadES: 2025.068E0700001.01.0036

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.865/0001-71, **UASG 980764**, por meio do Setor de Licitações, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **ABERTO**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme processo administrativo nº 003799/2025, **objetivando a formalização de registro de preços para futura e eventual contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORNAMENTAÇÃO NATALINA**, com instalação, manutenção e retirada em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Município de São Roque do Canaã, no período de **12 (doze) meses**, conforme especificações e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Prazo final de acolhimento de propostas: 17/11/2025 às 08h00min.

Abertura da Sessão Pública: 17/11/2025 às 08h30min.

O edital completo e seus anexos encontram-se disponível:

a) Gratuitamente na internet no site www.saoroquedocanaa.es.gov.br, bem como no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

b) Para consulta gratuita na sala de licitações na Sede da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã-ES, sito à Rua Lourenço Roldi, 88 - Bairro São Roquinho - São Roque do Canaã-ES - CEP 29.665-000, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 7h30min às 16h30min, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

São Roque do Canaã - ES, 29 de outubro de 2025.

LETICIA PERIN

ASSESSOR DO EXECUTIVO I

DECRETO MUNICIPAL Nº 7.687/2025

Protocolo 1660827

Venda Nova do Imigrante

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 0030-2025

CÓDIGO CIDADES:

2025.072E0500002.10.0006

Ratifico a *Inexigibilidade de Licitação* nº 0030/2025 (FMAS), referente à contratação da empresa, **SETE CONSULTORIA E SERVIÇOS - 07.824.144/0001-01**, referente a inscrição da equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, no 25º Encontro Nacional da Assistência Social (CONGEMAS), que ocorrerá nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, no valor de **R\$ 515,00 (quinhentos e quinze reais)**.

Venda Nova do Imigrante, 31 de outubro de 2025.

Dalton Perim

Prefeito Municipal

Protocolo 1662498

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00058/2025

CÓDIGO CIDADES:

2025.072E0700001.09.0046

Ratifico a *Dispensa* nº 00058/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **SERRALHERIA ZULCAO LTDA ME - 01.355.118/0001-03**, para a prestação do serviço caminhão munck para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, no valor total de **R\$ 32.130,00 (trinta e dois mil cento e trinta reais)**. Venda Nova do Imigrante, 31 de outubro de 2025.

Dalton Perim

Prefeito

Protocolo 1662673

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00065/2025

CÓDIGO CIDADES:

2025.072E0500002.09.0013

Ratifico a *Dispensa* nº 00065/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **H.C. CANAL TURISMO - ME - 05.766.843/0001-17**, para agenciamento de viagem e hospedagem para atender às necessidades da servidora Letícia Moreira Perim Moraes, que participará do 25º encontro nacional do CONGEMAS a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2025, na cidade de Brasília/DF, no valor total de **R\$ 5.531,65 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)**. Venda Nova do Imigrante, 31 de outubro de 2025.

Dalton Perim

Prefeito

Protocolo 1662687

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 torna público que no dia **03 de novembro de 2025**, estará aberta a possibilidade de envio de orçamentos por fornecedores interessados para o objeto descrito abaixo. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone: (28) 99911-9280 ou pelo e-mail: turismo@vendanova.es.gov.br.

Dados da Contratação

Amparo legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de decoração e iluminação

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 000065/2025

Última atualização 03/11/2025

Local: Venda Nova do Imigrante/ES **Órgão:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade compradora: 14946265000191-004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 03/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 14946265000191-1-000020/2025 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Objeto:

AGENCIAMENTO DE VIAGEM E HOSPEDAGEM PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SERVIDORA LETÍCIA MOREIRA PERIM MORAES QUE PARTICIPARÁ DO 25º ENCONTRO NACIONAL DO CONGEMAS A SER REALIZADO NOS DIAS 05, 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2025, NA CIDADE DE BRASÍLIA/ DF

Informação complementar:

AGENCIAMENTO DE VIAGEM E HOSPEDAGEM PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SERVIDORA LETÍCIA MOREIRA PERIM MORAES QUE PARTICIPARÁ DO 25º ENCONTRO NACIONAL DO CONGEMAS A SER REALIZADO NOS DIAS 05, 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2025, NA CIDADE DE BRASÍLIA/ DF

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 6.772,88	R\$ 5.531,65

Itens	Arquivos	Histórico
Nome ↕	Data/Hora de Inclusão ↕	
AVISO DE DISPENSA DE LICITA??O - Agenciamento de v	03/11/2025 - 13:11:53	
05 - TERMO DE REFERENCIA DISPENSA	03/11/2025 - 13:19:26	
02 - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR	03/11/2025 - 13:19:30	
03 - MAPA DE RISCOS DO ETP	03/11/2025 - 13:19:34	
1 - DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE DEMANDA	03/11/2025 - 13:19:37	



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

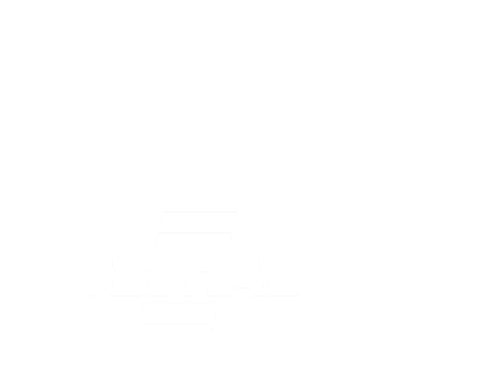
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.